

Sessão 10: *Desafios e oportunidades para enfrentar as desigualdades de nossa região propostas pelo uso em massa de algoritmos e a tomada de decisões automatizadas. Responsabilidade das empresas, o papel dos Governos e da Sociedade Civil*

Moderadora:

Paz Peña, ACOSO.ONLINE

Painelistas:

- Gustavo Gómez, Diretor Executivo Observacom
- Eduardo Magrani, ITS RIO – Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Natalia Zuazo, consultora independente, Argentina
- Alejandro Delgado, Assessor da Comissão de Regulamentação das Comunicações da Colômbia (à distância)

Relator: Ariel Barbosa - COLNODO

Apresentação moderadora: Hoje, as decisões algorítmicas estão cada vez mais presentes nas nossas vidas. As decisões que estavam delegadas a critérios humanos estão sendo cada vez mais delegadas a algoritmos: na curadoria das nossas redes sociais, em sistemas usados por empresas privadas para recomendar para que comprar e até mesmo nas decisões tomadas pelos governos. Os algoritmos são objetivos? Como os algoritmos tomam decisões? Podemos os cidadãos de a América Latina desafiar as decisões dos algoritmos projetados em países do norte global?

- **Gustavo Gómez, Diretor Executivo Observacom**
 - O papel dos intermediários é fundamental.
 - Volume desumano de informações na Internet, por isso são requeridas máquinas para gerenciar essa informação.
 - As empresas têm uma responsabilidade como gatekeeper, por isso é usado também por pessoas que não se importam com a liberdade de expressão, então intervêm no desenvolvimento de algoritmos.
 - Os intermediários não são apenas plataformas, também participam da gestão de conteúdos: regulação privada de conteúdos na Internet.
 - Não é apenas um risco potencial: já existem evidências: priorização de conteúdos "eles não censuram, diminuem o escopo"; remoção de conteúdos (remoção de contas e perfis: Facebook publicou um impressionante relatório de 3 meses removendo nus de adultos, conteúdo violento, inadequado, etc.) têm terminologia vaga não adaptada aos padrões internacionais de liberdade de expressão.
 - Perante o GDPR houve críticas e protestos pela liberdade de expressão, mas não reagimos da mesma forma a relatórios como os do Fb.
- **Eduardo Magrani, ITS RIO – Universidade Católica do Rio de Janeiro**

- Nossos direitos estão muito longe da atual hiperconectividade.
 - Agora temos coisas cada vez mais inteligentes, cada vez mais autônomas e imprevisíveis, e a lei não foi criada para isso.
 - O desafio é tentar mapear um cenário em que há coisas cada vez mais autônomas, mais imprevisíveis, que geram um nível de imprevisibilidade e risco.
 - A lei não conseguiu acompanhar essa evolução tecnológica. No Brasil, por exemplo, a lei está muito atrasada em termos de proteção da privacidade. É urgente ter novas regulamentações que se adaptem a essas circunstâncias, a um cenário muito mais complexo.
 - Assim, estaríamos em um novo nível de discussão ética. Incorporando algoritmos inteligentes ao cotidiano, acontecem coisas que nunca tínhamos pensado.
 - O direito também deve avançar no desenho ético: não apenas falar de privacidade por design, mas de ética por design. Como fazer que botnets, como o Alexa, ajudem a melhorar a educação dos nossos filhos? O desenvolvimento de equipamentos tecnológicos completos que sejam úteis. Devemos ter cuidado com todas essas máquinas que interagem cada vez mais com as pessoas e que têm efeitos sobre todos nós.
- **Alejandro Delgado, Assessor da Comissão de Regulamentação das Comunicações da Colômbia (à distância)**
 - Os dados não são aproveitados apenas pelas informações que fornecem, mas também toma decisões sobre nós. A influência dessa mudança está em todas as áreas, incluindo política, setor financeiro (decisões automatizadas para fornecer empréstimos ou créditos), seguros (o valor das apólices) e tudo isso é importante: Quem é responsável por essas decisões? Quem toma essas decisões e com base em quais dados? Isto envolve uma mudança paradigmática. Como podemos usar esses dados, quem pode usá-los?
 - Isto significa, em primeiro lugar, a responsabilidade, que é definida por várias possibilidades no uso do algoritmo: a possibilidade do erro humano; a manipulação; o que acontece quando um algoritmo é usado para violar a lei, o uso de algoritmos para desinformar.
 - O que acontece com a transparência? Precisamos saber de onde vêm os dados, quem os usa e como são usados.
 - Isso implica uma grande mudança de paradigma. Quem toma essas decisões?
 - O desenho de um algoritmo é feito por um ser humano, por isso os erros não são surpreendentes.
 - Manipulação com interesses.
 - O que acontece quando é usado para violar a lei (identificação da localização da polícia, detecção de velocidade nas estradas, etc.).
 - Uso de algoritmos para desinformar.
 - Sobre a decisão de um algoritmo? Onde fica a possibilidade de réplica?

- No que diz respeito à regulamentação transfronteiriça: se não usarmos mecanismos reguladores transfronteiriços, não poderá haver qualquer impacto. Há regulamentação específica sobre proteção de dados pessoais que pode nos ajudar nisso, como a GPDR, que pode nos dar alguma dica de boas práticas nesta matéria.

Natalia Zuazo, consultora independente, Argentina

- Os privados sempre têm oportunidades de vender seus serviços ao Estado
- O automatizado é programado, é um desenho guiado pelo econômico.
- Não há dúvidas sobre como essas plataformas contribuem para a desigualdade, há uma distribuição do poder que não é igual.
- Decisão automatizada em termos de política pública.
- Salta tem um Ministério da Primeira Infância. Contrato a MS para fazer inteligência artificial em um programa de prevenção de gravidez na adolescência. Depois, descobriu-se que a programação que treinava os dados coletados pelos voluntários nos bairros estava projetada por uma ONG (Colina?) relacionada a um médico que era contra a educação sexual e o uso de preservativos. Variáveis: Etnia, se a mãe tinha terminado seus estudos, bairro..., mas nunca se perguntava se a garota tinha recebido educação sexual ou se usava qualquer método contraceptivo. O resultado seria sempre o mesmo, independentemente dos dados: *as garotas pobres engravidam mais rápido*.
- Qual é o papel dos políticos nessas decisões automatizadas.
- Como as universidades e centros de pesquisa estão se envolvendo.
- Quem tem a última palavra em relação à decisão e que outros controles estão envolvidos para tomar as decisões.
- Os cidadãos têm conhecimento do que acontece nessa área?
- As contribuições devem provir de vários âmbitos, porque se não houver participação, casos como o de Cambridge analítica não teriam surgido.

Participação do público

- *Algoritmos não são patenteáveis; conseqüentemente eles não têm proteção contra mostrá-los. Cada vez é mais difícil patentear ideias genéricas, agora devem ser patenteados processos matemáticos específicos. Em sua opinião, a legislação deveria ou não prever o patenteamento de algoritmos? Onde está o equilíbrio entre a transparência do algoritmo e evitar que essa transparência afete tanto os direitos quanto a privacidade? O que deveria saber a sociedade civil sobre algoritmos? Porque se perguntamos simplesmente pelo acesso ao algoritmo, não fica claro para mim o que é que estamos procurando.*
- *Como desenvolvedora, eu sei que a inteligência artificial usa machine learning e sempre saberemos que há coisas que funcionam e outras que não. Existe uma caixa preta que a gente não sabe como funciona nem quais são as funções; essa caixa tem o potencial de destruir muitas coisas, mas não sabemos quais. Não seria melhor colaborar para o desenvolvimento em vez de criticar?*

- É possível e compatível usar algoritmos para melhorar a qualidade do discurso, da mesma forma que há muito tempo são usados para combater o spam?

Perguntas remotas

- *Como a sociedade civil pode intervir no projeto de algoritmos?*
- *Os algoritmos são neutros e objetivos? Caso não sejam, por que ainda esta mensagem é dada a cidadania?*
- Quais critérios de responsabilidade algorítmica devem ser aplicados para atores públicos e privados?
-

Reações

Eduardo: Em relação à propriedade intelectual: a ideia não é garantir patentes de algoritmos; o que temos que procurar é mais abertura, modelos de direitos autorais que permitam uma abertura maior. Talvez tenhamos que recorrer a outras tecnologias. Acho interessante o conceito de engenharia inclusiva: os desenvolvedores de software têm uma enorme responsabilidade nesse mundo tecnologicamente regulado. Uma engenharia inclusiva busca diversidade. Outra expressão importante é "algoritmos explicáveis": a sociedade precisa ficar mais ligada com os engenheiros de software para compreender como esses algoritmos estão afetando nossas vidas.

Natalia: Não é muito difícil perguntar "o que este processo faz, como o faz e que decisões toma no meio". Temos que ser capazes de entender quais decisões são tomadas e com base em que fundamentos.

Eduardo: Se eu defender a ideia de ter um desenho sensível aos valores, quais são os valores? Qual é a ética que eu tenho como parâmetro? A ética tem que influenciar uma série de diretrizes, incluindo questões regulatórias. Se tivermos uma ética utilitarista como parâmetro, como é o caso de muitas empresas, estamos perdidos. Precisamos de uma ética ontológica, orientada para os direitos humanos, e que também explique que as tecnologias têm valor, não que veja o homem como um sujeito influenciável pela tecnologia e nada mais.

Gustavo: O papel que desempenham e o nível de concentração que os intermediários têm hoje faz com que se tornem atores a serem regulados. É hora de uma melhor regulamentação, regras claras e democráticas são necessárias para qualquer pessoa com esse nível de poder. O objetivo é potencializar esses intermediários tanto quanto possível para que eles sejam uma influência positiva, mas limitar que eles possam ser "ruins", mas isso não pode ser deixado a seu critério: devem ser obrigados a não serem "ruins", essas regras do jogo não podem ser deixadas a autorregulação. Por que não exigimos que os intermediários cumpram o mesmo que os governos? Protegemos os intermediários ou protegemos a Internet livre, aberta e neutra?

Eduardo: Há uma dessincronização muito grande entre população e poderes, e isso leva a uma manipulação democrática. Em muitos países, incluindo o Brasil, estamos

em um primeiro nível que é o de capacitação digital da população. Ainda não construímos este primeiro passo. Quanto à segurança, existe uma máxima em empresas privadas que diz “fail fast, fail cheaper”. Essa lógica pode ter um efeito perverso sobre a população (lembre-se do perfil robótico da Microsoft que se tornou nazista em poucos dias).

Para que a responsabilidade legal exista, é necessário que tenhamos controle e conhecimento de cada um dos elementos que intervieram no processo decisório.

Gustavo: Como sociedade civil, temos que encontrar um ponto intermediário, uma solução que inclua regulamentação e co-regulamentação. Alguns desequilibram o discurso pela urgência e para encontrar soluções claras. Existem diferentes tipos de intermediários; Eu me preocupo muito mais em regular os gigantes da Internet do que as startups, por exemplo. Temos que levantar, mesmo no sistema interamericano, que os intermediários não são mais o que pensávamos que eram. Falamos fundamentalmente das plataformas, e também não é o mesmo, neste caso, o Facebook que Pedidosya. Precisamos estabelecer regras do jogo claras que não podem ser deixadas para a autorregulação.